

Executivo envia PL da concessão do lixo, mas só para destinação

Sem todas as etapas do processo de manejo do lixo, Coronel Meira prevê que projeto não vai ser aprovado na Câmara

TÂNIA MORBI

Deu entrada na Câmara, nesta segunda-feira (11), o projeto de lei (PL) autorizativo que permite à Prefeitura de Bauru conceder à iniciativa privada a destinação final do lixo urbano, chamado de resíduo sólido, mantendo o recolhimento e o transporte do material sob responsabilidade da Emdurb. O PL, como o edital, de acordo com o Executivo, contemplam as várias possibilidades de rotas tecnológicas para o manejo final dos resíduos e não têm indicação restrita de aterramento do material.

O projeto deu entrada no dia em que venceu o prazo do estudo contratado pela Caixa, durante o governo de Clodoaldo Gazzetta, que apontou qual seria a melhor destinação para o lixo do município, porém, a prefeitura conseguiu prazo de mais 90 dias para publicação do edital de concessão.

A decisão de que seria repassada para a iniciativa privada apenas a destinação final do lixo foi tomada há cerca de

COM A EMDURB

A coleta e o transporte ficariam com a empresa municipal, segundo o PL

quatro anos, segundo o secretário de Meio Ambiente, Levi Momesso, como forma de preservar a Emdurb. No início do governo da prefeita Suellen Rosim (PSC), o assunto foi elencado entre os sete grandes temas que precisavam de encaminhamento, quando do lançamento do Núcleo de Estudos e Concessões.

O secretário explicou que o edital que vai definir a empresa concessionária ainda vem sendo finalizado. “São várias demandas dentro do processo que estamos trabalhando para adequar o edital, uma delas é a lei autorizativa. Não posso lançar um edital de concessão se não tiver uma lei autorizando”, afirmou.

ROTAS TECNOLÓGICAS

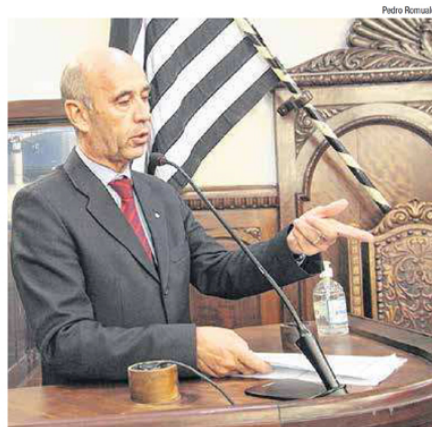
Apesar disso, Levi afirmou

que a lei já indica que serão aceitas e avaliadas todas as possibilidades tecnológicas disponíveis, embora o estudo contratado pela Caixa no governo anterior tenha indicado o aterro sanitário como forma mais barata de destinação.

“O estudo dá alternativa que é o aterramento. Mas o que a gente tem que entender é quando foi feito o pedido era para que fosse colocado aquilo que fosse o custo mais baixo, e na época o custo mais baixo era o aterramento. De quatro anos para cá temos outras tecnologias. Então, estamos deixando isso bem aberto no edital e não direcionando para o aterramento”, garantiu o secretário da Semma.

'NATIMORTO'

Com isso, o Executivo espera aprovar na Câmara o PL e concluir o edital de concessão, mas considerando a reação do vereador Coronel Meira (União Brasil), que comentou sobre o projeto após a sessão, o Executivo terá dificuldade para aprovação. “A prefeita se viu na obrigação de apresentar



Para Meira, projeto deve englobar a coleta e o transporte

este projeto para se livrar da multa que lhe é imposta caso o município não cumpra o que foi apresentado no estudo. Então, o projeto é natimorto, duvido que terá apreciação da maioria dos vereadores”, antecipou. Meira garantiu que apenas um projeto que preveja todas as etapas do processo – coleta, transporte, transbordo

e destinação final – será aprovado pelos vereadores.

Na terça-feira (19), na Semma, segundo Levi, será debatida uma atualização do Plano de Saneamento do município para adequá-lo para o edital. Antes, na quinta-feira (14), o assunto também será debatido em reunião da Assenag.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP